

Lei eleitoral volta a ser debatida

Na reunião que farão hoje, às 15h00, os líderes na Câmara discutirão a legislação eleitoral aprovada com emendas na semana passada pelo Senado. A lei eleitoral deverá ser o principal item da pauta, já que é intenção dos líderes aprová-la até sexta-feira, para que o texto vá à sanção presidencial o mais rapidamente possível. Eles pretendem derrubar a emenda do Senado que permite que os partidos com registro provisório no TSE possam obter representação no Congresso Nacional até a data da promulgação da lei.

No projeto original da Câmara, aprovado há quase um mês, o prazo para a obtenção da representação no Congresso para esses partidos era o último dia 5 de abril, quando a Constituição completou seis meses. O objetivo das lideranças, com essa limitação, era o evitar a comercialização de legendas com candidatos em troca do horário

gratuito no rádio e na televisão. O deputado José Lins (CE), vice-líder do PFL, confirmou ontem que as lideranças deverão derrubar essa emenda.

Mas não foi só a alteração do prazo para a obtenção de representação partidária no Congresso que desagradou as lideranças na Câmara. A livre divulgação de pesquisas de opinião sobre a preferência do eleitorado, aprovado no Senado, também deve ser derrubada.

No projeto original da Câmara havia uma limitação para a divulgação das pesquisas, que era permitida somente até os 30 dias anteriores à realização do primeiro turno e nos dez dias que antecedem ao segundo turno. A modificação feita pelo Senado permite que as pesquisas sejam divulgadas até o dia da eleição, desde que sejam divulgados também os métodos e critérios utilizados.